



## SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO

Rua Braamcamp, 88 - 2º Dto. - 1269-111 LISBOA

Tel. 21 386 00 55 / Fax 21 386 07 85

[www.ste.pt](http://www.ste.pt) / [ste@mail.telepac.pt](mailto:ste@mail.telepac.pt)

*À REDACÇÃO NACIONAL*

# NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: AGUDIZA-SE A “DANÇA” DOS PRECÁRIOS!

1. A média das aposentações na Administração Pública, nos últimos 5 anos, é de 23 932 trabalhadores.

E, nos últimos tempos, o número de trabalhadores que recorre à aposentação tem aumentado por força da degradação das condições de trabalho.

2. É que, face à não substituição de trabalhadores que se aposentam, muitos serviços recorrem às duas vias possíveis:

- Contratação a termo ou por avença e
- Aumento da carga de trabalho dos que se mantêm ao serviço.

3. O STE tem alertado os trabalhadores para a necessidade de recusarem o sobretrabalho, mau grado as ameaças de avaliação do desempenho negativas que recaem sobre esses trabalhadores.

4. Mas, recentemente fomos também alertados para os aspectos que a “luta do Governo contra a precariedade” assume.

5. Em diversos serviços quando os contratos a termo chegam ao fim já foram contratadas empresas de trabalho temporário que asseguram a



## SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO

Rua Braamcamp, 88 - 2º Dto. - 1269-111 LISBOA

Tel. 21 386 00 55 / Fax 21 386 07 85

[www.ste.pt](http://www.ste.pt) / [ste@mail.telepac.pt](mailto:ste@mail.telepac.pt)

**contratação dos mesmos trabalhadores, sem qualquer intervalo de tempo.**

Isto é, o Governo fura a lei e deixa os trabalhadores desarmados face à ilegalidade que é a manutenção de trabalhadores contratados a termo para funções que exigem trabalhadores permanentes!

6. É assim que a redução do défice:

- **aposta no sobretrabalho** com uma pressão indevida sobre os trabalhadores;

- **passa por pagar mais pelo mesmo trabalho** – porque essa parece ser uma “boa” despesa quando vai para empresas de trabalho temporário. Só seria “má” despesa se fosse para os trabalhadores!

7. Como é isto possível?

Que caminho estão a percorrer os Serviços Públicos?

Até quando?

LISBOA, 2008-06-11

A DIRECÇÃO